

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2016**

APROVAÇÃO

Pela Câmara Municipal em reunião de ____ de Abril de 2017

Pela Assembleia Municipal em Sessão de 27 de Abril de 2017

APROVADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Por acórdão de ____ de ____ de 201__
(S/ ofício nº _____, de ____ de ____ de 201__
Emolumentos de € _____, pagos em ____/____/201__, pela
ordem de pagamentos nº _____

Reunião de 13/4/2017
Deliberação n.º 68
A Câmara deliberou por
maioria com os votos
contra as alterações do R,
concordar com o relatório,
submetendo-o à Assembleia
Municipal para aprovação.

1 INTRODUÇÃO

Vimos por este meio submeter para aprovação os documentos previstos na alínea a) do número 2 do artigo 6º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro articulado com a alínea i) do número 1 do artigo 33º, do anexo 1, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, para posterior submissão ao órgão deliberativo de forma a poderem ser apreciados e votados em cumprimento da alínea l) do n.º 2 do art.º 25, do nº2 do artigo 27, do anexo 1, da Lei 75/13 de 12 de setembro, conjugado com o nº1 do artigo 76 da lei 73/2013 de 3 de setembro.

No âmbito da prestação de contas, serão apresentados os mapas de execução orçamental, demonstração de resultados, balanço, anexos às demonstrações financeiras, o relatório de atividades e gestão, assim como o parecer do revisor oficial de contas.

O Relatório de Atividades e Gestão traduz, embora de forma sucinta nas suas diversas peças escritas e mapas, a execução das Grandes Opções do Plano 2013 (PPI – Plano Plurianual de Investimentos) e do Orçamento do ano financeiro de 2014, refletindo um conjunto de resultados que permitem a verificação do grau de eficiência e eficácia da afetação dos recursos aos objetivos atingidos.

O documento aqui apresentado tem objetivo retratar de forma fidedigna todo o trabalho realizado ao longo do ano 2016, assim como a realidade financeira, patrimonial e orçamental do Município.

2 ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MUNICÍPIO

Assembleia Municipal – Órgão deliberativo

De acordo com o definido na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal do Peso da Régua, órgão de natureza deliberativa do Município, é constituída por 29 elementos, 21 dos quais eleitos diretamente nas eleições para o respetivo Órgão aos quais se juntam os 8 Presidentes de Juntas de Freguesia.

Mesa da Assembleia – Órgão Deliberativo

- **Presidente da Assembleia Municipal** - Artur José Montenegro Soveral Freire de Andrade
- **1º Secretário** - Júlio Alfredo Mota
- **2º Secretário** - Paula Manuel Pereira Correia dos Santos

Câmara Municipal – Órgão Executivo

De acordo com o definido na Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a composição da Câmara Municipal (em virtude de estar no intervalo entre 10 000 e 50 000 eleitores) é de 1 Presidente e 6 Vereadores.

Presidente – Nuno Manuel Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves

- Planeamento e Obras Públicas
- Fundos Comunitários
- Desenvolvimento Rural
- Ambiente e Qualidade de Vida
- Trânsito
- Proteção Civil

Vice – Presidente – José Manuel Gonçalves

- Assuntos contabilísticos e financeiros
- Desporto, Juventude e Tempos Livres
- Educação e Escolas

Vereadora – Maria José Fernandes Lacerda

- Cultura
- Ação Social
- Saúde

Vereador – Mário Francisco Cancela Mesquita Montes

- Urbanismo e Obras Particulares
- Turismo
- Assuntos Jurídicos
- Licenciamento e Fiscalização
- Abastecimento Económico e Defesa do Consumidor
- Habitação

Vereador – Manuel José Ramalho Ramos Paiva

Vereador – Luís Manuel Teixeira de Sousa Ribeiro

Vereador – Margarida Maria Teixeira Osório Rodrigues da Silva

Participações do Município do Peso da Régua**Participações Societárias em 31 de dezembro de 2015****Água de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.**

A Empresa "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A." foi criada em simultâneo com o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo por base o Decreto-lei nº270-A/2001 de 6 de outubro, visando como objeto de intervenção a exploração, em regime de concessão por um período de 30 anos, a conceção e a construção das obras e equipamentos necessários para efetuar o abastecimento de água e saneamento em alta, assim como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção.

O capital teve a subscrição de 30 Municípios, assim como as sociedades, "Águas de Portugal S.G.P.S. S.A." e a "Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A.".

O Município do Peso da Régua deteve uma participação social de 1,67% na respetiva sociedade até 31 de julho de 2015.

A 1 de Agosto de 2015, com a fusão de todos os sistemas multimunicipais do norte, foi criada a **Empresa Águas do Norte** onde o Município detém 0,307%, no valor de 467 528,00€.

Participações Não Societárias em 31 de dezembro de 2016**Associação Nacional de Municípios Portugueses**

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) foi criada a 22 de fevereiro de 1985 e tem por objetivo a representação e defesa dos Municípios Portugueses perante os órgãos de soberania e perante as organizações nacionais ou internacionais.

Desenvolve projetos com vista ao acompanhamento do Poder Local, promove a troca de experiências e o intercâmbio de informação entre os seus membros, para além de disponibilizar meios de ação técnico-jurídica para os Municípios associados.

Associação de Municípios do Vale do Douro Norte

Constituída a 25 de outubro de 1990 pelos Municípios de Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real, a

\$
Jm
R.

Associação de Municípios do Vale do Douro Norte surgiu da necessidade destes Municípios coordenarem ações de desenvolvimento sustentável na Região. Neste sentido, gere iniciativas intermunicipais em todo o território da Associação, das quais se destaca a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.

Associação de Municípios Portugueses do Vinho

Com o objetivo de promover e valorizar os vinhos e as regiões de origem, foi constituída em 2007 a Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV).

Atualmente com 71 Municípios associados, a AMPV tem desenvolvido contactos com o Ministério da Agricultura, o Instituto do Vinho e do Turismo de Portugal entre outras entidades do setor para que, atuando em conjunto, sejam desenvolvidas estratégias de promoção do produto de acordo com as especificidades de cada concelho.

A AMPV propõe a formulação de linhas orientadoras de ação que consubstanciam a cooperação e a partilha de experiências entre Municípios que representam as regiões demarcadas de produção de vinho de qualidade.

Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico

Criada e sediada em Lamego a 22 de junho de 1988, a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico visa, essencialmente, a preservação e conservação dos centros históricos dos aglomerados urbanos, promovendo a sua dinamização, contribuindo, assim, para o bem-estar das populações que deles desfrutam e usufruem.

A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, em colaboração com os Municípios, promove ações de divulgação cultural e proteção de locais que são da maior importância nacional e de indiscutível interesse público.

↑
Jm
R.

Associação do Douro Histórico

Criada em 1991, a Associação do Douro Histórico nasceu da tomada de consciência, por parte dos agentes locais da Região do Alto Douro, privados e públicos, de que o processo de desenvolvimento rural foi e é uma necessidade emergente e que, com uma iniciativa dinâmica, enraizada na

sociedade local, feito com as pessoas, pelas pessoas e para as pessoas, poderia vir a ser desenvolvido.

De entre as atividades desenvolvidas sobressai a gestão dos fundos comunitários que visam apoiar projetos de desenvolvimento rural na procura da melhoria da qualidade de vida através do reforço do sistema produtivo, da capacidade de iniciativa e de empreendedorismo, a valorização e diversificação da atividade económica local, a preservação e valorização do património construído, natural e cultural.

Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro

A Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro (AIMRD) surge da vontade de diversas localidades, situadas nas margens deste rio, em criar um órgão capaz de se ocupar da cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, assim como de tentar alcançar a consecução de um projeto económico e ecológico comum.

Os primeiros passos da Associação remontam ao protocolo assinado em 12 de fevereiro de 1993, em Valladolid, pelos Municípios de Covaleda, Aranda de Duero, Roa, Penafiel, Laguna de Duero, Valladolid, Toro, Zamora, e as Câmaras Municipais de Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Peso da Régua, Castelo de Paiva, Penafiel, Vila Nova de Gaia e Porto.

A AIMRD tem como objetivos principais promover a elaboração de um projeto de desenvolvimento integral cujo centro seja o rio Douro, com as suas inúmeras potencialidades e que abranja a área das câmaras municipais ribeirinhas; impulsionar a adoção de um compromisso ecológico, cuja finalidade consista na defesa do rio Douro, essencial para a vida das povoações ribeirinhas; denunciar e tratar de impedir possíveis atentados ecológicos; desenvolver programas que melhorem e potenciem a atividade dos seus sócios, nomeadamente no âmbito das infraestruturas e dos serviços especializados; promover e defender os interesses dos seus associados para conseguir o desenvolvimento integral da área geográfica do Douro, para além de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

Constituída pelas 34 principais cidades do Norte de Portugal e da Galiza, a Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular surgiu a 1 de abril de 1992 com o objetivo de desenvolver tecnológica, social, cultural e cientificamente as cidades que a integram, promovendo uma cultura de coesão no território comum.

Com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável da região transfronteiriça, o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular realiza estudos e projetos (principalmente os que apresentem possibilidade de cofinanciamento do estatal, comunitário ou internacional) que visem formas de relacionamento entre agentes estruturas e entidades públicas e privadas.

Fundação Museu do Douro

A Fundação Museu do Douro foi criada a 23 de março de 2006, pelo Decreto-Lei nº 70/06. É uma instituição de direito privado e utilidade pública, dotada de personalidade jurídica.

A Fundação tem como objetivo principal a promoção de atividades culturais, que dignifiquem e publicitem a Região do Douro, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da Região do Douro, criado pela Lei nº 125/97, de 2 de dezembro, e a concretização das atribuições estabelecidas na referida lei.

Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal

Pessoa coletiva de direito público de âmbito territorial, dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio criada para gerir a área regional de turismo coincidente com o território da NUT II Norte, com estatutos aprovados pela Portaria nº 1039/2008 de 13 de outubro e de acordo com a deliberação nº 358 tomada em Reunião de Câmara de 9 de dezembro de 2008.

Comunidade Intermunicipal do Douro

Constituída por escritura publica, pelos 19 Municípios da NUT III Douro, a 15 de janeiro de 2009, tem como principais objetivos a gestão do contrato celebrado com o Governo no âmbito do QREN sobre o Plano Territorial de Desenvolvimento do Douro que prevê investimentos municipais de 150 milhões de euros até 2013, e a negociação com o Governo do PIDDAC para o Douro (investimentos da responsabilidade da Administração Central).

\$
93
88.

Douro Alliance

A Associação de Municípios "Douro Alliance – Eixo Urbano do Douro" foi constituída por escritura pública a 10 de julho de 2009, pelos Municípios do Peso da Régua, Lamego e Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pela Associação Comercial e Industrial dos Concelhos do Peso da Régua, Santa Marta e Mesão Frio, Associação Comercial e Industrial de Vila Real, Associação Empresarial de Lamego e, ainda, pela NERVIR – Associação Empresarial.

O objetivo comum é a criação de uma plataforma de diálogo, partilha e cooperação entre cidades, desenvolvendo uma identidade regional forte, em torno de uma estratégia comum que possa reverter em benefícios partilhados. Com o desenvolvimento das ações previstas na candidatura "Douro Alliance", procuraremos encontrar estratégias e aproveitar sinergias, para a implementação e consolidação de projetos, cujos efeitos se farão sentir, não apenas em Vila Real, no Peso da Régua e em Lamego, mas em toda a Região do Douro.

7
H
9
12
12

Handwritten signature and initials in blue ink.

Atividade das Unidades Orgânicas

3 Divisão de Obras Públicas e Serviços Urbanos

Setor de Obras Públicas

Empreitada	Valor de adjudicação
Requalificação da escola EB 2/3 de Peso da Régua	3.973.235,45 €
Execução de muro e pavimentação na 313 – Km 50,8 e 50,9 – Vilarinho dos Freires	8.566,37 €
Execução de Ramal em Média Tensão EB2/3	14.288,80 €
Desmonte, Limpeza e Desmatção de Terreno no Lugar de Bagaúste	15.370,00 €
Pavimentação a Cubos no Concelho	35.197,30 €
Remodelação da Instalação Elétrica das Oficinas do Município do Peso da Régua	16.218,00 €
Muros e execução de plataforma para contentores na central do Moledo	8.555,26 €
Execução de Parede Divisória no Cais da REFER	3.094,49 €
Construção de Muro de Suporte no Lugar das Pedreiras S. Domingos – Peso da Régua	1.442,45 €
Construção de Muro de Suporte no Caminho Municipal 1320 - Vilarinho dos Freires	12.866,41 €
Construção de Muro de Suporte na Estrada de Nostim - Moura Morta	20.537,82 €
Construção de Muro de Suporte - Polidesportivo de Loureiro	19.160,56 €
Construção de Muro de Suporte na Estrada de Aldarete - EM 602 - Sedielos	106.477,30 €
Construção de Muro de Suporte - Fonte do Arrabalde - Fontelas	7.920,90 €
Construção de Muro de Suporte na Estrada da Pitarrela - Vilarinho dos Freires	33.665,60 €
Construção de Muro de Suporte no Cruzamento de Alvações do Corgo - Vilarinho dos Freires	4.022,70 €
Construção de muro de suporte no caminho do Fragão - Alvações do Tanha - Vilº dos Freires	4.322,42 €
Construção de muro de suporte na rua da Padaria- Escávedas - Vilº dos Freires	5.844,84 €
Abertura e Tapamento de Vala e Reposição de Pavimento para Fornecimento de Energia Elétrica aos Abrigos – Cais da Refer	2.782,50 €
Reparação de anomalias no edifício multiusos para associações no bairro das Alagoas	7.318,51 €
Pintura de Passadeiras em pavimento no Parque de Estacionamento do Auditório	625,40 €
Arranjos Exteriores e Formalização de Acesso - EB2/3	75.260,00 €
Pavimentação de Largo em Tout Venant - Freguesia de Canelas	10.653,00 €
Execução de Muro em Betão Ciclópico em Santo Xisto - Rua de Entre-as-Casas - Vilarinho dos Freires	6.413,00 €
Retificação de Rede de Águas Pluviais e Abatimento na Avenida do Douro - Régua	75.055,44 €
Reparação de abatimento no Lugar do Coito - Sedielos	7.939,40 €
Ramal Subterrâneo em Baixa Tensão no Recinto Junto ao CCPAD	21.124,67 €
Construção da Capela Mortuária de Sedielos	74.225,54 €

Handwritten signature and initials in blue ink.

Reparação de Anomalias na Piscina Desportiva Coberta Municipal do Peso da Régua	6.853,54 €
Regularização de Plataforma para Equipamentos de Apoio aos Eventos - CCPAD	5.035,00 €
Rede de Drenagem de Águas Residuais no Caminho Público em Fontelas	12.203,25 €
Execução de Travessia de Águas Pluviais - Rua Padre Teixeira de Carvalho	5.183,40 €
Execução de troços complementares da rede de drenagem residual doméstica na freguesia de Covelinhas	50.008,89 €
Trabalhos de Limpeza, Consolidação e Estabilização de Leito e Margens no Pontão do Cajado (Sedielos/Vila Marim) e Pontão da Pituda (Moura Morta/Sedielos)	10.547,00 €
Pavimentação da estrada Régua - Covelinhas - Troço 2	74.168,20 €
Fornecimento e colocação de estrutura metálica de proteção de ventiladores, vedação de dois lugares de estacionamento e portões em escadas de acesso no parque do auditório e corrimão em ferro	10.340,66 €
Pavimentação a cubo 5x5 e drenagem de Águas Pluviais no Cemitério de Fontelas	10.056,59 €
Execução de Maciço em xisto para Colocação de Estátuas Metálicas na EB 2/3 do Peso da Régua	6.895,04 €
Desmontagem da cobertura e demolição dos maciços de suporte aos contentores das instalações provisórias da EB 2/3 do Peso da Régua	2.332,00 €
Execução de Valeta e Ligação a Aqueduto existente em Loureiro - EM 600	2.345,25 €
Trabalhos de movimentos de terra para alargamento de duas curvas - Covelinhas	7.512,75 €
Execução de Ramal de Ligação à Rede em Baixa Tensão Especial (Uso Exclusivo) Para as Oficinas da Câmara	927,57 €
Ligação e Colocação de Variadores de Frequência no Ventilador de Extração e de Insuflação do Pequeno Auditório	1.659,78 €
Pavimentação em Betuminoso a Frio no Caminho da Bajanca - Canelas	6.360,00 €
Execução de Ramal de ligação à rede em BRN (uso exclusivo) para a EE do Lugar da Ponte - Covelinhas	726,10 €
Execução de troços complementares da rede de drenagem residual doméstica na Freguesia de Sedielos - Arrabalde, Lugar de Sá e Carvalho.	326.601,71 €
Execução de Troços Complementares da Rede de Drenagem Residual Doméstica nos Lugares de Sto. Xisto, Alvações do Tanha, Vilarinho dos Freires e Peso - Régua	303.937,01 €
Execução de Troços Complementares da Rede de Drenagem Residual Doméstica entre o Lugar do Pinheiro - Loureiro e a Quintã - Godim e nos Lugares de Vinhós e Assureiras - Vinhós	274.740,45 €

\$

for

ph.

7

for

ph.

ph.

4 Divisão de Planeamento, Desenvolvimento Económico e Gestão do Território



À Divisão de Planeamento, Desenvolvimento Económico e Gestão do Território competem, não só as funções no âmbito do planeamento e promoção do desenvolvimento económico, a gestão dos processos da área urbanística, como sejam a apreciação de projetos de edificações, loteamentos e também da gestão do espaço público e da publicidade.

Compete, ainda, nesta unidade orgânica a elaboração de estudos e projetos em consonância com a estratégia de desenvolvimento definida e com as oportunidades de cofinanciamento às tipologias de operações contempladas nos diversos programas do novo quadro comunitário de apoio.

De destacar o início do processo de transposição dos planos especiais de ordenamento do território para os planos diretores municipais, no caso do Município do Peso da Régua, a transposição das normas (identificadas pela CCDR-N, conforme o previsto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial) do Plano de ordenamento das Albufeiras da Régua a Carrapatelo (POARC) para o PDM, cuja operação deverá ser concluída impreterivelmente até 29 de junho de 2017. Esta transposição, de acordo com o regime referido, terá a configuração de uma "Alteração por adaptação" ao Plano Diretor Municipal do Peso da Régua.

De destacar, ainda no ano de 2016, a aprovação da delimitação de seis Áreas de Reabilitação Urbana no concelho do Peso da Régua, tendo esta divisão sido incumbida da sua elaboração e gestão, afetando-se a esta tarefa, uma parte considerável dos recursos técnicos desta divisão.



Nesse âmbito, foi elaborado, também por estes serviços, o Plano de Ação de Regeneração Urbana do Peso da Régua (PARU_PR) para submissão a candidatura apresentada pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional – Norte 2020, integrado no Eixo 04 – Qualidade Ambiental.

Merece, ainda, referência neste ano, a colaboração na definição da prioridades e respetivos termos de referência e objetivos no que ao município do Peso da Régua diz respeito, na elaboração do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), promovido pela CIM-DOURO.

No âmbito da tramitação processual e atividades conexas, continua o processo de desmaterialização de procedimentos, com o recurso às

\$

for

R.

plataformas eletrônicas como meio de entrega de elementos, de consulta às entidades externas e restante tramitação.

ATIVIDADE

A atividade desenvolvida no ano de 2016 no âmbito desta unidade orgânica é apresentada de acordo com a sua subdivisão funcional – Setores e Gabinetes - elencando sinteticamente, as ações desenvolvidas no âmbito das respectivas atribuições e competências.

Considerando que é na área da Gestão Urbanística que se verifica uma maior dinâmica de tramitação processual, permitindo o seu agrupamento por tipologia, sintetiza-se, no quadro seguinte, a movimentação verificada no ano de 2016, em comparação ao verificado nos últimos cinco anos:

Movimentação Processual	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Processos de Obras	121	68	58	76	53	56
Utilização / Alteração de Utilização	27	41	51	53	59	57
Processo de Loteamento	0	0	0	0	0	1
Destaque (certificação)	2	3	2	3	5	5
Informação Prévia	7	12	3	5	5	10
Propriedade Horizontal (Certificação)	4	4	7	3	4	7
Ocupação da Via Pública	18	16	13	17	12	16
Publicidade	13	8	7	14	6	10
Segurança / Salubridade	0	0	0	0	0	3
Diversos	246	180	226	202	163	153
Disposições controlo de funcionamento	15	35	64	51	27	25
Ficha Técnica de Habitação	10	16	24	10	16	36
TOTAL	463	383	455	434	350	379

Da leitura do quadro resulta o aumento geral do n.º de movimentos processuais por comparação com o ano de 2015, para o maior n.º dos últimos cinco anos.

7

for

R.

SECÇÃO ADMINISTRATIVA

Na Secção Administrativa está atribuída a coordenação e execução de todas as funções e ações de natureza administrativa reportadas ao Setor de Gestão Urbanística e Setor de Fiscalização, segundo o consagrado no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação e demais legislações aplicáveis, bem como os respetivos regulamentos municipais.

No ano de 2016, foram instruídos 463 processos administrativos, tendo sido, no que se refere ao licenciamento no âmbito de operações urbanísticas, emitidos os títulos que se elencam no quadro seguinte:



Títulos	
Alvarás de Obras de Construção e Comunicações Prévias	22
Alvarás de Utilização	35
Alvarás de Loteamento	0
Aditamentos	5
Certidões	127

De referir que o número de alvarás de obras e de comunicações prévias é quase o dobro do ano de 2015 (22).

SETOR DE GESTÃO URBANÍSTICA

No âmbito do Setor de Gestão Urbanística, a atividade desenvolvida traduz-se, em síntese, nos quadros apresentados.

Para além da análise processual, que conduziu à emissão de informações técnicas consubstanciadoras de despacho e deliberação, os técnicos superiores destes serviços prestaram o devido esclarecimento técnico e processual, no âmbito do espaço semanal constituído para o efeito.

De referir, ainda, a participação dos mesmos técnicos em comissões de fiscalização e vistoria cujas ações não são aqui discriminadas.

Destaque para o número de requerimentos informados que aumentou em cerca de 600, mantendo-se os outros parâmetros sensivelmente iguais com um ligeiro acréscimo em relação ao ano transato.

Obras Particulares	
Processos	463
Requerimentos	994
Informados	2408
Deferidos	por despacho 674
	por deliberação 58
Informações Técnicas	Chefe de Divisão 738
	Técnicos 938
Pareceres Externos	110
Ofícios / Notificações	807



SETOR DE FISCALIZAÇÃO

A missão do Setor de Fiscalização consiste em fiscalizar as catividades de construção no âmbito do território municipal, tendo como principal vetor da atuação, salvaguardar, garantir ou repor a legalidade urbanística

Neste quadro genérico de competências e atribuições, as funções desempenhadas por este setor resumem-se ao seguinte quadro:

Fiscalização
Obras Fiscalizadas
Verificação de livros de obra
Participações
Embargos
Ocupações da Via Pública
Pedreiras
Publicidade
Mobiliário
Irregularidade por Denúncia



SETOR DE DESENHO, CARTOGRAFIA E SIG

Considerando que no âmbito do setor SIG, o exercício das respectivas competências é executado por uma única técnica superior, e que a mesma se encontrou, por licença de maternidade em grande parte do ano transato ausente do serviço. As funções deste gabinete resumiram-se, assim, a ações esporádicas na identificação cadastral, atualização e sistematização cartográfica.

GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO

O Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) tem como principais atribuições, a elaboração de estudos e projetos para ações de requalificação urbana ou de construção de equipamentos concelhios de iniciativa autárquica ou em parceria, o apoio às respetivas obras, e o desenvolvimento ou acompanhamento dos diversos processos de planeamento.

De referir, que muitos dos trabalhos, estudos preparatórios ou projetos serviram de enquadramento ou suporte a candidaturas ao novo quadro comunitário de apoio, como tem vindo a ser prática habitual ao longo dos últimos anos.

Para além das competências que estão diretamente atribuídas ao GEP, esta estrutura - considerando a multidisciplinaridade da sua equipa - tem, ao longo dos anos, apoiado outras divisões orgânicas do município em diversas ações e tarefas, das quais se destacam no ano de 2016, as abaixo referidas.

De considerar, ainda, que no ano de 2016, este gabinete, para além de se ter visto privado de um técnico e de uma área (engenharia) que transitou para outra unidade orgânica municipal (já referido no relatório anterior), foi também afetado com a ausência em grande parte do ano, da Arquiteta que compõe a equipa desde a sua constituição.



Em suma, o GEP funcionou na maioria do ano de 2016, com o apoio exclusivo de dois técnicos – Arquiteto paisagista e desenhador.

Estudos

ARU's | Áreas de Reabilitação Urbana;

PARU | Plano de Ação de Regeneração Urbana;

RMZEDL| Regulamento Municipal de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada;

PPPR| Plano de pormenor do parque ribeirinho (apoio);

Biblioteca Municipal – Corrimão em escadas exteriores;

AUDIR – Corrimão em escadas interiores.

Projetos

Reabilitação dos Ecossistemas Ribeirinhos da Ribeira da Meia Légua – projeto de execução (em colaboração com a APA);

Requalificação Ambiental da Foz do Corgo – projeto de execução;

Estacionamento AUDIR, Sinalização e Muppie;

Implantação de ecopontos na rua dos camilos (Peso da Régua);

Reconstrução de Casa na Presegueda – Elaboração do Projeto de Execução.

Acompanhamento à Obra;

Espaços Verdes Ribeirinhos;

Apoio a outras Divisões;

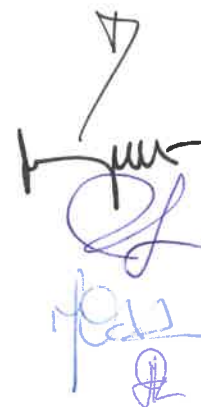
Caminho Pedonal em Sedielos – Elaboração de Modelo 3D;

Capela de São Tiago – Sedielos;

Bairro Diocese de Vila Real – Bloco 6 – levantamento e produção de peças cartográficas.

Planeamento

Durante o ano de 2016, foi dado ênfase à conclusão do Plano de Pormenor do Parque Ribeirinho do Peso da Régua, cuja concretização se prevê a curto prazo.





Apesar da perspetiva do ano anterior, a revisão do POARC encontra-se em suspenso, pelo que a oportunidade para o município de ver retificadas alguns dos constrangimentos criados por um plano especial que, conforme é já consensual, observou indevidamente sobre parametrização urbanística fundamental à gestão, planeamento e desenvolvimento do nosso território, em particular o solo urbano, está, por esta via, hipotecada.

No entanto, e como o já referido na introdução, a CCDR-N tem obrigatoriamente que levar a cabo com todos os municípios abrangidos pelo POARC, a transposição de normas deste plano para os respetivos PDM's, no âmbito da tarefa consagrada no artigo 78.º - "Planos Especiais" da Lei de Bases de Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo (LBPPSOTU). As normas foram, assim, identificadas pela Comissão, cabendo agora ao município a operação de transposição sob a forma de alteração ao PDM, que terá que estar concluída até ao dia 29 de junho de 2017.

No âmbito desta operação alguns dos constrangimentos referidos no âmbito do POARC cairão, uma vez que não serão transpostos para o PDM, remetendo-se essa análise (em espaços urbanos em cota de cheia) para a análise em sede de pedido de parecer para a APA_ARH - Norte.

De referir, ainda, o início do processo de elaboração de documento para exposição/reivindicação da mudança do nível urbano a apresentar ao Conselho Regional no âmbito do POEUR.



GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

O Gabinete Técnico Florestal tem por objetivos a concretização das tarefas de planeamento, operacionalidade, gestão, controlo e administração, de modo a que o combate aos incêndios florestais seja estruturado e eficaz.

Este gabinete, constituído por uma técnica florestal, trabalha em consonância com o Gabinete de Proteção Civil, e no ano de 2016 a sua atividade sintetiza-se nos seguintes pontos, divididos pelos níveis de planeamento, operacional e administrativo.

Planeamento

Elaboração anual do Plano Operacional Municipal (POM), que é feito e aprovado todos os anos durante o mês de maio;

Participação nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais dos municípios e nas questões de proteção civil.

Operacional

Acompanhamento dos Programas de Ação previstos no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente no que respeita às faixas de gestão de combustível, que engloba a notificação dos proprietários para execução destas faixas de gestão de combustível de acordo com a legislação em vigor e posterior fiscalização; inclui ainda o apoio junto da população sobre a legislação em vigor;

Tratamento de toda a informação relativamente aos incêndios florestais e cartografia das áreas ardidas;

Relacionamento e apoio às entidades públicas e privadas que participam na Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente GNR, ICNF, entre outros;

Acompanhamento e divulgação junto da população do Índice de Risco de Incêndio Florestal, com maior incidência no período crítico;

Apoio na realização de ações de sensibilização em conjunto com o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR; no ano passado foram realizadas duas ações no concelho, nas freguesias de Sedielos e de Poiares;

Apoio no setor silvopastoril, nomeadamente na seleção e execução de áreas para a renovação de pastagem e também faixas de contenção de incêndios; estão marcadas faixas nas freguesias de Sedielos e Vinhós;

Verificação de todos os pontos de água do concelho no que se refere à sua operacionalidade antes do início da época de incêndios florestais.

Administrativo

Emissão de propostas e pareceres durante todo o ano no que se refere à realização de queimas, queimadas e lançamento de fogo-de-artifício;

Atualização das bases de dados e gestão SIG ao nível da Defesa da Floresta Contra Incêndios;

Participação na recolha de informação e apoio técnico em todo o processo de elaboração do Plano Municipal de Emergência do concelho, que foi elaborado no ano passado e que se encontra em submissão na ANPC para emissão de parecer técnico;

Apoio no Setor de Informação Geográfica na emissão de plantas de localização e plantas cadastrais.

5 Divisão de Desenvolvimento Social e Equipamentos

Associativismo

Em 2016, o Município do Peso da Régua contava na sua base de dados com um total de 44 associações com a seguinte distribuição segundo o seu objeto social: onze juvenis, seis sociais, dezassete culturais e dez desportivas.

Segundo o Programa de Apoio ao Associativismo, implementado neste Município desde 2007, estas associações podem usufruir de quatro tipos de apoio: monetário, transporte, cedência de instalações/equipamentos e logístico.

A estas associações foi atribuído um total global monetário de 565 383,17€ repartidos da seguinte forma: associações juvenis 17 689,00€, associações culturais 60 795,00€, associações desportivas 348 354,50€ e associações sociais 138 544,67€ (inclui refletido o valor de apoio atribuído à Associação dos Bombeiros Voluntários do Peso da Régua).

Relativamente aos apoios inerentes à cedência de instalações desportivas, estes traduzem-se num custo total de 134 091,50€ sendo que os custos referentes ao Estádio Municipal Artur Vasques são de 88 610,00€ e ao Pavilhão Multiusos António Saraiva totalizam 45 481,50€.

No que concerne aos apoios de transporte, também estes foram contabilizados e traduzidos num custo total para o Município de 172 890,00€.

Desde 2014 que refletimos o apoio concedido com a cedência de espaços onde as associações podem ter a sua sede com as condições físicas necessárias para o desenvolvimento das suas atividades, sendo que em 2016 este apoio resulta em 98 400,00 €.

Pelo exposto, podemos afirmar que o valor real e global dos subsídios atribuídos é de 970 764,67 €, no apoio à dinâmica associativa concelhia que se revestem de suma importância para a visibilidade do concelho.

Tal como nos anos anteriores podemos verificar que, apesar de as associações desportivas continuarem a ser a classe associativa com maior percentagem de apoio, verificou-se um aumento de subsídios concedidos a outras associações, nomeadamente as juvenis, de forma a estimular uma maior dinâmica associativa concelhia.



Equipamentos coletivos

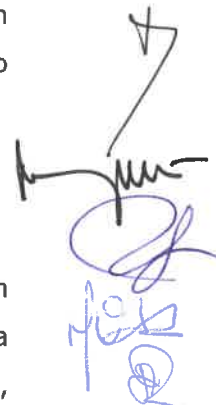
PAVILHÃO MULTIUSOS MUNICIPAL ANTÓNIO SARAIVA

Inaugurado a 22 de janeiro de 2008, após obras de recuperação, requalificação e ampliação, o Pavilhão Multiusos Municipal António Saraiva é uma importante infraestrutura desportiva.

A sua transformação permitiu que fosse desenvolvida não só a prática e competição desportiva, como também que fossem dinamizados eventos noutras áreas.

No ano de 2016 registaram-se neste equipamento 43 242 utilizadores diretos que derivam da utilização do mesmo por parte das associações e clubes desportivos, da EB 2,3, do Centro Desportivo Municipal e de grupos organizados.

Eventos como Gala de Desporto - ADG, Gala de Desporto - Município, Concentração de Ténis de Mesa, Torneio de Voleibol, Treinos do Boccia - Casa do Povo de Godim e Associação Nossa Senhora das Candeias, Torneio Concelhio de Boccia, Torneio Nacional de Andebol - Traquinas, Férias 100%, Concentração de Andebol - Infantis, Jogos dos quadros competitivos das diversas modalidades (Futsal, Andebol, Voleibol) foram também dinamizados nesta infraestrutura, não sendo todavia possível contabilizar o número de utilizadores abrangidos.



ESTÁDIO MUNICIPAL ARTUR VASQUES

Uma das mais importantes infraestruturas desportivas do Concelho é, sem dúvida, o Estádio Municipal Artur Vasques. Dotado de uma bancada coberta com capacidade para 900 lugares sentados, balneários, posto médico, cabine de imprensa e um relvado com dimensões oficiais, este equipamento reúne todas as condições para bons espetáculos de futebol.

O Município detém os direitos de gestão deste equipamento e coloca-o à disposição de todas as coletividades existentes no concelho, sendo que em 2016 se registaram 23 411 utilizadores diretos.

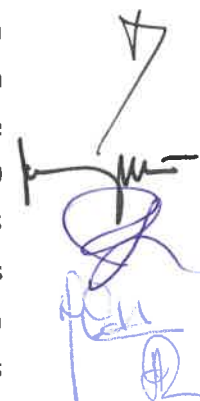
Neste espaço foram, ainda, dinamizados alguns eventos como Torneios de Veteranos/Velhas Guardas do SC Régua, Festande de Andebol - Infantis, Torneio do SC Régua em todos os escalões, Torneio Nacional de Andebol - Traquinas e Férias 100%.



PISCINAS MUNICIPAIS

Referência no concelho pelas suas valências e utilidade para a população, as Piscinas Municipais do Peso da Régua estão em funcionamento há cerca de cinco anos, provando a sua utilidade e funcionalidade pela forte adesão dos reguenses nas atividades e modalidades ao dispor neste equipamento. De forma a ir ao encontro das necessidades da população, visando o lazer, desporto e saúde, as Piscinas Municipais têm ao dispor dos utentes as seguintes modalidades: Natação para bebés, crianças e adultos; Hidrobike; Hidroginástica; Hidroterapia; Dance Kids; Zumba; Step; Treino Funcional; G.A.P.; Cardiofit e Localizada; Aerodance; Treino Hiit e Core.

A natação no pré-escolar e 1º ciclo tem sido uma das prioridades do município, tendo usufruído deste projeto cerca de 619 crianças. O número total de utentes, em 2016, nas classes organizadas foi de 1218, superando novamente o ano anterior, sendo que 74% eram do sexo feminino e 26% do masculino. A modalidade que atrai mais utentes é, desde o primeiro ano, a Hidroginástica. Destinadas as instalações a servir essencialmente a população reguense, ainda assim, conseguem atrair público externo ao concelho do Peso da Régua – 76% dos utentes são do concelho, sendo que 24% são de outros concelhos. De forma a promover a coesão social e um estilo de vida saudável, pontualmente foram organizados eventos para utentes e não utentes, tais como o Carnaval (114 participantes), Dia internacional da Mulher (148 participantes), Dia da Água/Encontro de natação (139 participantes), Festival e Caminhada de Encerramento (120 participantes), Halloween (42 participantes). Grande destaque para 3 atividades durante o ano de 2016, sendo um deles o espetáculo final das Dance Kids no palco exterior do AUDIR com mais de 1500 espetadores, a primeira Semana da Juventude e Desporto, evento com atividades diversas e dirigidas a toda a população com cerca de 3570 participantes e ainda o 5º , Piscinas Municipais com 630 participantes.



BIBLIOTECA MUNICIPAL

Em funcionamento desde o ano de 2006, a Biblioteca Municipal do Peso da Régua conta, à data de 31 de dezembro de 2016, com 2.343 utilizadores inscritos, mais 3,5% que no ano de 2015.

Registaram-se no ano de 2016, na Biblioteca Municipal 709 pedidos de empréstimo domiciliário, realizando-se 1.611 empréstimos de volumes/unidades físicas, menos 0,1% do que em 2015.



No ano de 2016, a Biblioteca Municipal registou 15.601 visitas e uma taxa de ocupação de lugares sentados para uso público de cerca de 24,4%, menos 1% e 1,2%, respetivamente, do que em 2015, sendo contabilizadas 4.045 sessões de acesso à internet.

Do fundo bibliográfico existente na Biblioteca Municipal os volumes/unidades físicas totalizam 23.062 registos, dos quais 77,6% se encontram registados e disponíveis aos seus utilizadores.

Durante o ano de 2016, a Biblioteca Municipal registou uma estabilização dos seus públicos, comparativamente com o ano anterior.

A XIX Feira do Livro do Douro, fruto da mudança do seu habitual calendário do mês de setembro para maio, registou uma maior procura da parte de distintos públicos. Pela primeira vez, este evento alargou a sua área física de atuação, da Biblioteca Municipal para outros espaços, como é o exemplo de apresentações de livros em estabelecimentos de ensino. Existiu ainda uma aposta na realização de atividades nos dias de fim de semana e feriado, de forma a potenciar os recursos existentes na captação de públicos de cariz *familiar*.

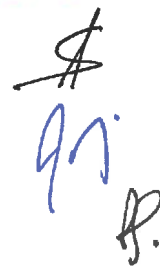
Como meio de rentabilização dos recursos físicos, humanos e financeiros, deu-se continuidade às parcerias já existentes com diversas instituições do concelho de cariz educacional e social, com particular incidência nos públicos que frequentam os níveis de ensino desde o pré-escolar até ao 3.º Ciclo.



Das atividades correntes que são realizadas, como encontros com escritores/apresentação de livros, exposições sobre livros e autores, exposições de artes plásticas, conferências/palestras, *ateliers* de promoção da leitura, no ano de 2016, a Biblioteca Municipal participou num número significativo de ações – na sua grande maioria em parceria com as mais diversas coletividades de âmbito local, regional e nacional –, das quais se destacam: a *Semana Nacional da Leitura*; as comemorações do *Dia Mundial do Livro*, do *Dia Mundial do Livro Infantil* e do *25 de Abril*; o Concurso de Leitura *Ler é Crescer*; as *Conversas à Quinta*; *Em Abril Letras Mil*; o projeto *Ler... Comunicar... Integrar...*; o projeto *Leituras d'Oriente e d'Occidente*.

APRESENTAÇÕES DE LIVROS

- *Neste Cais Para Sempre*, de Ernesto Salgado Areias;
- *Queres Casar Comigo Todos os Dias*, de Pedro Chagas Freitas;
- *A Guerra*, de Manuel Carvalho;



- *Jovens e a Política*, de José Miguel Bettencourt;
- *A Plebeia*, de José Braga-Amaral;
- *À Descoberta da escritora...* Manuela Ribeiro;
- *Lua do Lobo*, de Madalena Barreto Condado;
- *Contos de Cães e Maus Lobos*, de Valter Hugo Mãe;
- *Diudinho*, de Adriana Moreira e Hugo Dias;
- *O Bando das Cavernas*, de Hugo Caravela;
- *O Fantasma das Cuecas Rotas*, de Isabel Ricardo;
- *Cancro com Humor*, de Marine Antunes;
- *Parentalidade Positiva*, de Pedro Strecht;
- *Apeteces-me*, de Laura Azevedo.

ATELIER'S

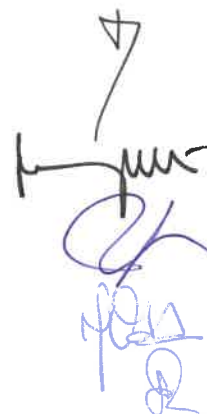
- *Máscaras de Carnaval*;
- *Caça do Ovo da Páscoa*;
- *Miminhos de Sol Para Mim*.

EXPOSIÇÕES

- *Caricaturas de escritores portugueses de literatura para a infância*;
- *25 de abril nos Cartoon's do Jornal A Bola*;
- *Os Dois Diferentes, Os Dois Iguais – Realidades, Sonhos e Histórias*;
- *International Institutions*.

ATIVIDADES DIVERSAS

- *As Árvores Também Dão Livros*;
- *Leve um Livro, Receba uma Rosa*;
- *À Descoberta da Biblioteca*.



Ação Social

GABINETE DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO E ESPAÇO SOLIDÁRIO

A Ação Social é uma estratégia de ação com vista à articulação e mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo em particular com vista à erradicação da pobreza, exclusão social e promoção do desenvolvimento social local.

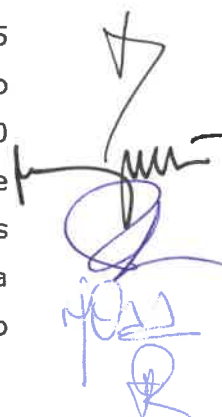
Ao nível concelhio, o Município do Peso da Régua detém o papel principal de zelar pelo bem-estar de todos os munícipes. Deve garantir condições para o pleno exercício da cidadania, favorecendo todos os que estão desprovidos de instrumentos para a tão desejada evolução social.



O agravamento de indicadores como a taxa de desemprego e todas as consequências que daí advêm, nomeadamente os problemas relacionados com o alcoolismo, toxicodependência, violência doméstica, crianças e jovens em risco, entre outros, fazem da inclusão social uma prioridade municipal. Como tal, nos últimos anos, tem sido prática do Município do Peso da Régua apostar em iniciativas, programas e projetos de ação social. A autarquia tem levado a cabo um conjunto de políticas sociais com o objetivo de minimizar as condições vulneráveis em que algumas pessoas vivem e que não desatendem as questões envoltas da cidadania.

Esse trabalho realizado traduz-se no número de atendimentos, encaminhamentos e trabalho em rede com os demais parceiros, que se traduzem entre janeiro a dezembro de 2016 nos seguintes números: atendimentos – 564; visitas domiciliárias – 423; reuniões de trabalho/parceria – 114; encaminhamentos - cerca de 200 para instituições parceiras.

É de referir que, em 2016, o número médio de atendimentos, por mês, é de 47, sendo realizado de forma presencial ou telefonicamente, atingindo o pico no mês de novembro aquando as inscrições para o cabaz de natal. Os mesmos números refletem o número de visitas, são realizadas em média 35 visitas/mês, sendo que no mês de dezembro este número é mais elevado devido à atividade dos cabazes de Natal. Realizam-se em média cerca de 10 reuniões/mês com os parceiros e ressalva-se a importância do trabalho que é realizado em rede, pois o trabalho promovido por cada uma das entidades é um contributo fundamental para a minimização ou resolução da problemática exposta em atendimento e/ou em visita domiciliária, sendo necessário o devido encaminhamento de cada situação.



Por sua vez, o **Espaço Solidário**, tem funcionado nos períodos da manhã e da tarde para melhor servir os munícipes e famílias que usufruem deste apoio social.

Através do Espaço Solidário, a Câmara Municipal contribui para uma melhoria das condições de vida de pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, através da atribuição totalmente gratuita de bens, tais como têxteis, loiças, vestuário e calçado, mobiliário, eletrodomésticos, material didático e brinquedos, entre outros. É de salientar que esta resposta é assegurada pelo trabalho voluntário de cidadãos da comunidade, bem como por desempregados inseridos em programas de medidas de

emprego – Contrato Emprego Inserção + ou Contrato Emprego Inserção, em articulação com o IEFP.

De referir, ainda, a parceria com o Supermercado Continente, numa ótica de responsabilidade social, que cede mensalmente produtos que se encontram fora de venda.

De janeiro a dezembro de 2016, realizaram-se 520 entregas de cabazes alimentares, sendo que 220 cabazes foram distribuídos mensalmente a cerca de 20 famílias identificadas como prioritárias no apoio alimentar. No total das 520 distribuições alimentares, 300 dizem respeito à atividade pontual de distribuição de Cabazes de Natal no mês de dezembro de 2016.

De referir que a frequência das idas ao Espaço Solidário, por parte das famílias, é mensal. Ao longo de 2016, o Espaço Solidário apoiou uma média de 24 famílias/mês, num total de 288, na procura de bens, cerca de 20 famílias usufruíram de apoio alimentar mensal e 30 famílias foram apoiadas com mobiliário.

No total, o Espaço Solidário sinalizou cerca de 20 famílias novas perfazendo um total de 455 famílias sinalizadas ao Espaço Solidário, tendo o número de sinalizações aumentado em relação às anteriores sinalizações ao Espaço Solidário, cerca de 422 famílias, estando, a sua maioria, a usufruir do serviço disponibilizado pela Câmara Municipal.

No âmbito da sua atuação nos domínios da ação social e de educação, foi criado no ano letivo 2015/2016 um regulamento com vista a regular a atribuição de bolsas de estudo a estudantes do concelho com condições socioeconómicas mais vulneráveis, tendo sido atribuídas 15 bolsas de estudo, no valor de mil euros a cada aluno, em 2016.

Por último, e de forma sumária, referem-se algumas das atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2016, no âmbito da intervenção comunitária:

- Participação e apoio prestado pelo Gabinete à Comissão de Crianças e Jovens em Risco - técnico cooptado - realização de atendimentos conjuntos/reuniões, entre outras atividades previstas em plano de ação da Comissão;

- Participação em reuniões quinzenais e colaboração com o Núcleo Local de Inserção, protocolo entre a SCM e o ISS, na sinalização, agilização e acompanhamento dos utentes com processos de RSI;



- Realização de trabalho em parceria com o Gabinete de Inserção Profissional, na sinalização e encaminhamento de casos;
- Apoio e participação nas atividades de carácter comunitário desenvolvidas e implementadas pelo Programa CLDS 3G ao longo do ano;
- Integração/ Acolhimento de estagiários do Curso de Serviço Social da Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD) e do Curso Técnico Superior em Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego (ESTGL), cerca de (4) alunos/ano;
- Continuação da dinamização do Banco Local de Voluntariado através do encaminhamento para instituições do concelho e afetação de outros voluntários ao Espaço Solidário. Em 2016 contou-se com mais 6 novas inscrições de voluntários num total de 36 inscritos;
- Continuação da dinamização do CLAS da Rede Social – No âmbito do trabalho promovido pela Rede Social, tendo sido realizadas 6 reuniões mensais, com o Núcleo Executivo local (composto por sete (7) entidades parceiras) e três (3) reuniões plenárias com os elementos do Conselho Local de Ação Social (43 entidades parceiras) com o objetivo de colocar em prática estratégias de desenvolvimento social do concelho, nomeadamente, a emissão de pareceres relativos às candidaturas apresentadas pelas instituições concelhias, em 2016, realizou-se uma candidatura ao Programa Escolhas – Projeto “Integrar e Incluir”, e a colaboração em documentos estratégicos, nomeadamente no Diagnóstico no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências – Centro de Respostas Integradas de Vila Real, ARS Note;
- Representação da interlocutora da Rede Social do Peso da Régua no núcleo operativo da Plataforma Supraconcelhia Douro (PSC) – ISS (integram o núcleo operativo do Douro 7 representantes da Rede Social, num total de 20 concelhos/Redes Sociais), em 6 reuniões de trabalho, tendo como atividade a organização/participação no Workshop: *Worldcafé: Pobreza e exclusão social: desafios territoriais*, realizado na Câmara Municipal de Armamar;
- Reforço da importância do trabalho em rede, apoio na identificação de famílias em situação de carência alimentar, definição de programas de inserção conjuntos, ingresso cantina social e encaminhamento para apoios sociais promovidos pela segurança social;





- Participação do Banco Local de Voluntariado na dinamização da atividade promovida pelo Espaço Solidário: apoio às famílias sinalizadas, gestão e manutenção de um espaço que se pretende que possa ser organizado/manuseado pelos voluntários afetos, cerca de 20 pessoas, voluntárias integradas na atividade promovida;
- Continuação da operacionalização da atividade - carrinha domiciliária - através da identificação e encaminhamento de situações. De janeiro a dezembro de 2016 foram sinalizadas e solucionadas 57 situações, na sua maioria sinalizações de idosos isolados com situação irregular na habitação, ou de famílias com baixos recursos económicos;
- Identificação e distribuição de bens alimentares na quadra natalícia - a atividade tem em vista a identificação de situações de risco social, muitas das vezes só identificadas no contato com a população, pretendendo-se encaminhar e solucionar situações desconhecidas até então pelos serviços/instituições.

GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP), em funcionamento há sete anos no edifício central da Câmara Municipal do Peso da Régua, funciona como uma extensão local dos Serviços de Emprego de Vila Real, com o intuito de dar uma resposta mais célere e individual no que concerne ao emprego e formação profissional, a todos os munícipes do concelho do Peso da Régua. Os grupos-alvo mais trabalhados pelo Gabinete são os jovens desempregados à procura de 1º emprego, jovens e adultos desempregados de longa duração, ou ainda empregados à procura de novo emprego, com melhores condições de empregabilidade. A prestação de apoio técnico a todas as Entidades Locais no que respeita à submissão de candidaturas a medidas de apoio à contratação, estágios, entre outras é também uma das valências do Gabinete.



Desde o início da sua atividade até ao presente, o Gabinete de Inserção Profissional pode contabilizar 2057 inscrições de munícipes que, estando numa situação de desemprego, ou em condições precárias de trabalho, procuram uma nova oportunidade profissional. Em 2016 realizaram-se 77 novas inscrições.

De janeiro a dezembro de 2016, o GIP realizou 10 sessões informativas de Técnicas de Procura Ativa de Emprego/Medidas Apoio ao Emprego, tendo abrangido cerca de 570 utentes.

Diariamente, são atendidos em contexto de Gabinete cerca de seis (6) a oito (8) munícipes, sendo estes apoiados na sua procura ativa de emprego, elaboração/alteração dos respetivos currículos *vitae* e cartas de apresentação, informação sobre as diversas medidas de apoio promovidas pelo IEFP, anulações ou suspensões de prestações de desemprego, emissão de declarações de situação, alterações de moradas, entre outras situações, perfazendo uma média de 176 atendimentos/mês.

No ano 2016, foram registadas 22 novas ofertas de emprego e cerca de 18 utentes desempregados ficaram colocados. Foram encaminhadas para entrevistas, através de sites de procura ativa de emprego e jornais locais, cerca de 468 pessoas.

Relativamente às medidas de emprego, deu-se, continuamente, o apoio a 30 Entidades Privadas e Públicas, 27 das quais pertencentes ao concelho do Peso da Régua, na elaboração de candidaturas às medidas de apoio ao emprego (CEI, CEI+, Estágios-Emprego, Reativar, Contrato-Emprego, Emprego Jovem Ativo), tendo sido submetidas 47 candidaturas e colocados 75 munícipes reguenses. Em paralelo, foi também prestado apoio a estas Entidades na gestão do processo de candidaturas, nomeadamente no preenchimento de mapas de assiduidade, listagem de despesas pagas, processos de encerramento de contas, elaboração de contratos e respetivos ajustamentos dos candidatos às candidaturas em aberto e ainda articulação de outros assuntos com os Técnicos dos Serviços de Emprego.

Para além das respostas que o GIP tem vindo a dar às Entidades do concelho, surgiu também a necessidade de apoiar outras Entidades de zonas limítrofes ao Concelho, nomeadamente Vila Real e Santa Marta de Penaguião, num total de 3 candidaturas.

No que concerne à formação profissional, foram encaminhados 130 munícipes para ofertas formativas, nomeadamente em Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), Cursos de Aprendizagem destinados a Jovens que não tenham completado a escolaridade mínima obrigatória e Formação Vida Ativa em áreas como Técnico Auxiliar de Saúde, Técnico de Turismo Ambiental e Rural, Operador de Jardinagem, Geriatria, Assistente Familiar e Apoio à Comunidade, Cozinha, Restaurante/Bar entre outras áreas. Todos os encaminhamentos ao nível da formação profissional, são destinados

Jo
ff.

essencialmente para o Centro de Formação Profissional de Vila Real, uma vez que este se apresenta como sendo o parceiro principal. No entanto, existem ainda outros encaminhamentos que são realizados localmente, para Entidades Formativas Externas como ARDAD, Associação de Desenvolvimento da Régua (ADR), Talentus, A2000, Associação de Agricultores do Baixo Corgo e Escola Profissional do Rodo.

Em continuidade com o ano transato, o GIP mantém a sua parceria com a Equipa RSI (Rendimento Social de Inserção) do Peso da Régua e com o projeto CLDS 3G, projeto este que desenvolve localmente diversas atividades ligadas ao empreendedorismo, emprego e formação profissional, proporcionando uma resposta mais eficaz e válida em algumas das necessidades sentidas pela população.

A atividade do GIP tem sido essencial no acompanhamento individualizado de todos os desempregados pertencentes ao Concelho da Régua, uma vez que só um conhecimento mais pormenorizado de cada caso permite dar uma resposta mais eficaz e, conseqüentemente, uma orientação e encaminhamento mais ajustados.

Por último, convém ainda ressaltar que no decorrer do ano 2016 a Técnica Animadora do GIP participou em 25 reuniões de NLI (Núcleo Local de Inserção), do qual é parceiro desde 2012.

Handwritten signature and initials in blue ink.

6 Divisão Administrativa e Financeira

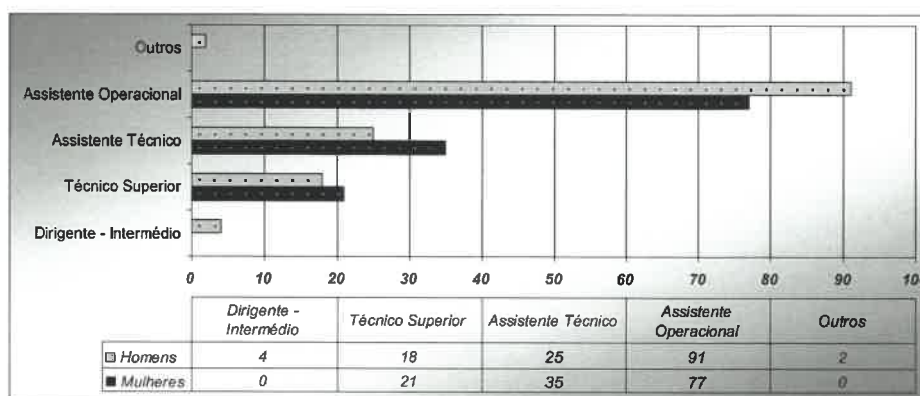
Caracterização dos recursos humanos do município

A importância da satisfação das necessidades coletivas exige, no caso da autarquia, que prossiga uma atividade organizada através de uma estrutura humana sem a qual não poderia funcionar.

Os indicadores que passamos a apresentar representam um importante instrumento de análise da realidade social da autarquia, bem como as suas necessidades.

Distribuição por cargo/carreira e género

O número de trabalhadores em 31/12/2016 era de 273, com clara predominância da carreira de assistente operacional; o número de homens e mulheres é muito aproximado, sendo que os homens constituem 51% dos trabalhadores; de salientar que as mulheres estão em maioria nas carreiras de técnico superior e assistente técnico. Verifica-se um rácio¹ de 68 trabalhadores por dirigente.



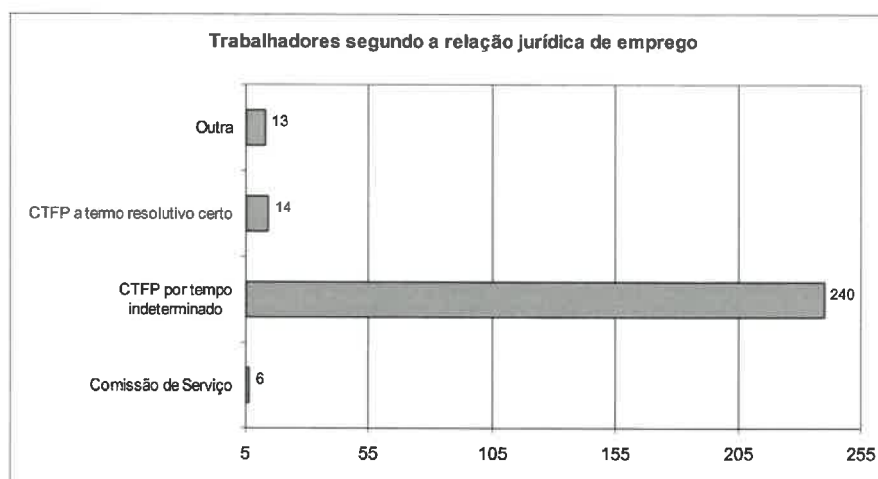
Mantém-se a tendência descendente do número global de efetivos, que se observa desde 2010, embora o diferencial existente entre 31/12/2015 e 31/12/2016 tenha sentido ascendente motivado pelo processo concursal de 17 lugares de assistente operacional do mapa de pessoal que se encontravam a contrato a termo certo passando agora a contrato por tempo indeterminado.

		Dirigente - Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros	TOTAL
2016	H:	4	18	25	91	2	140
	M:	0	21	35	77	0	133
	T:	4	39	60	168	2	273
2015	H:	4	18	25	93	2	142
	M:	0	20	35	61	0	116
	T:	4	38	60	154	2	258
2014	H:	4	16	25	98	2	145
	M:	0	21	36	79	0	136
	T:	4	37	61	177	2	281
2013	H:	5	16	26	102	2	151
	M:	0	23	37	88	0	148
	T:	5	39	63	190	2	299

¹ Rácio: Nº total de trabalhadores não dirigentes/ Nº total de trabalhadores dirigentes

Modalidade de vinculação

O contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado constitui a modalidade de vinculação para mais de 88% dos trabalhadores, traduzindo uma preocupação com a estabilidade no emprego, o que contribui para o aumento dos índices de motivação e produtividade.

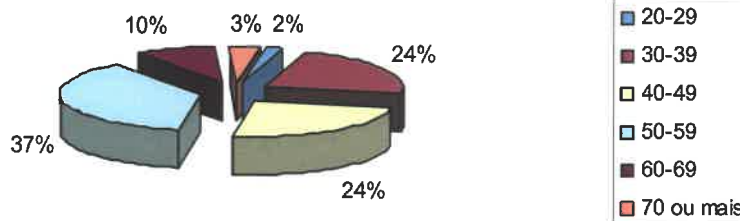


	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Outros	Total
Comissão de Serviço	4	0	0	0	2	6
CTFP por tempo indeterminado	0	25	60	155	0	240
CTFP a termo resolutivo certo	0	14	0	0	0	14
Outra	0	0	0	13	0	13
Total	4	39	60	168	2	273

Distribuição por escalão etário

Observando a distribuição por escalão etário, verifica-se que 35% dos funcionários têm entre 50 a 59 anos, 21 % têm 30 a 39 anos e 27% têm entre 40 a 49 anos de idade.

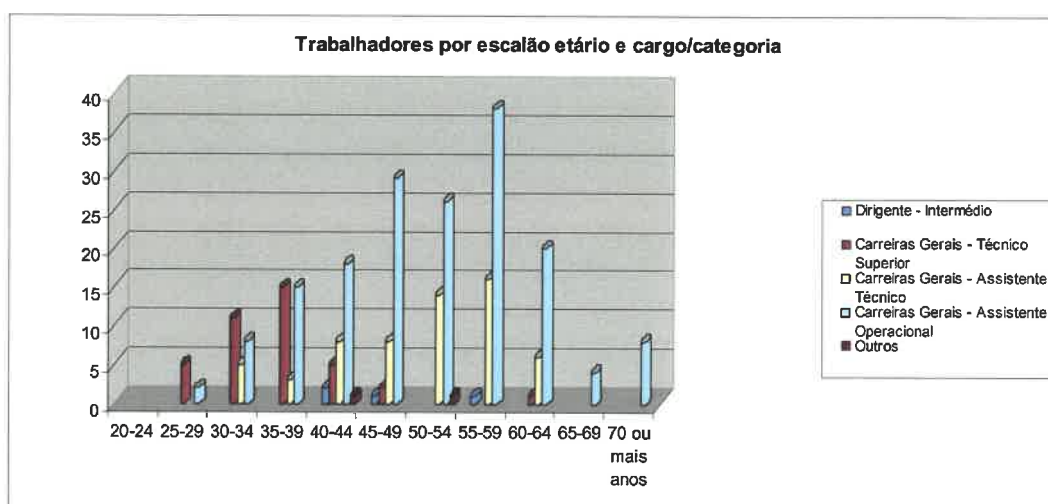
Trabalhadores por escalão etário



O escalão etário mais representado é 50-59 anos, sendo que dos 55 funcionários que se situam neste intervalo etário, 25 são mulheres e 30 são homens representando assim 20% do universo de trabalhadores, como se pode observar no seguinte quadro:

Escalão Etário	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70 ou mais
Homens:	0	5	12	11	19	24	19	30	18	1	1
Mulheres:	0	2	12	22	15	16	22	25	9	3	7
total	0	7	24	33	34	40	41	55	27	4	8

A estrutura etária das diferentes carreiras apresenta-se no gráfico seguinte:

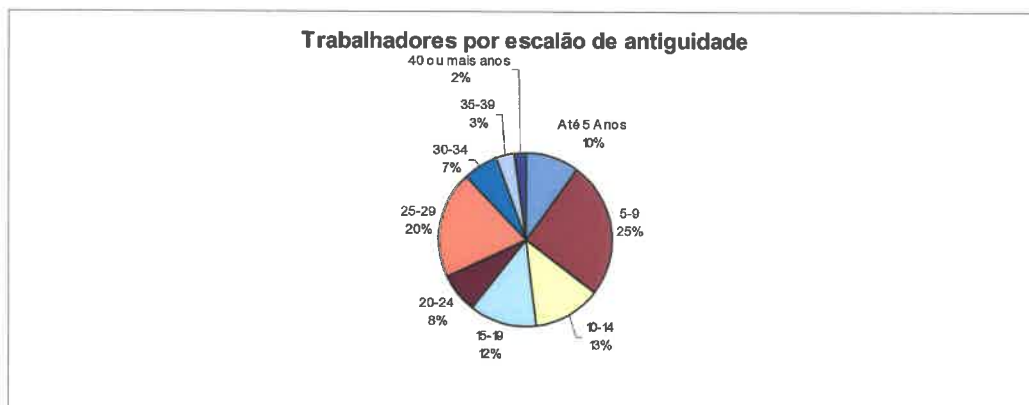


Observa-se que nos escalões mais jovens, inferiores a 35 anos, predomina a carreira de técnico superior, enquanto que nos escalões com idades superiores a 40 anos predomina a de assistente operacional.

\$
Jm
Jf.

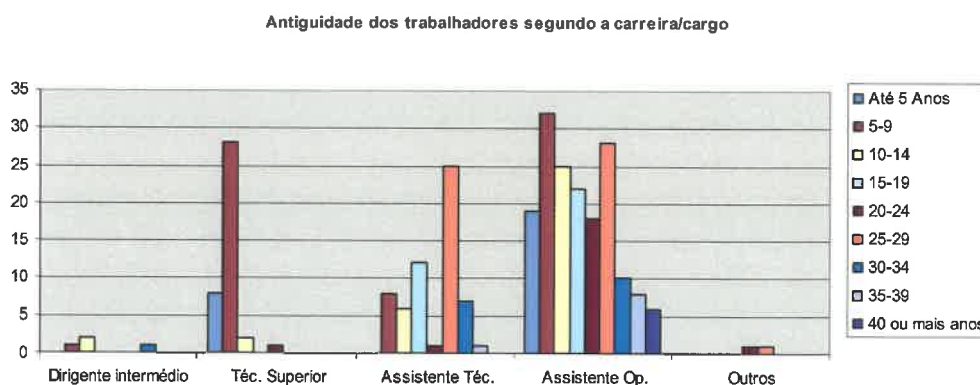
Antiguidade

Da análise deste parâmetro verifica-se que mais de metade do total e trabalhadores exerce as suas funções há mais de 10 anos, o que manifesta um sentido de continuidade na prestação do serviço à comunidade.



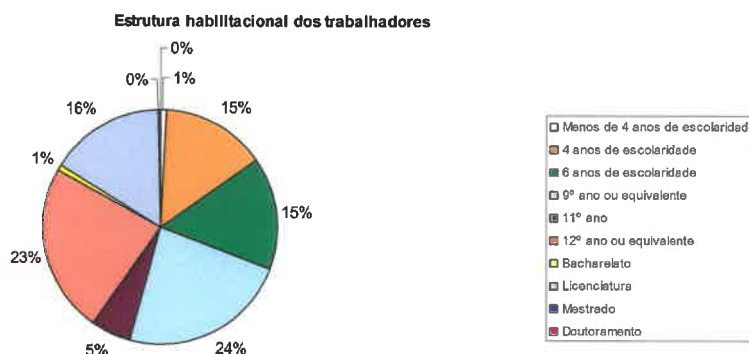
Analisando a antiguidade dos trabalhadores de acordo com a carreira/cargo verifica-se que na carreira de técnico superior cerca de 80% dos trabalhadores têm uma antiguidade inferior a dez anos; na carreira de assistente operacional verifica-se um predomínio de trabalhadores com uma antiguidade entre os 10 e os 24 anos, perfazendo 93 dos 154 trabalhadores desta carreira.

↑
Jm
Jf.



[Handwritten signature]

Estrutura habilitacional



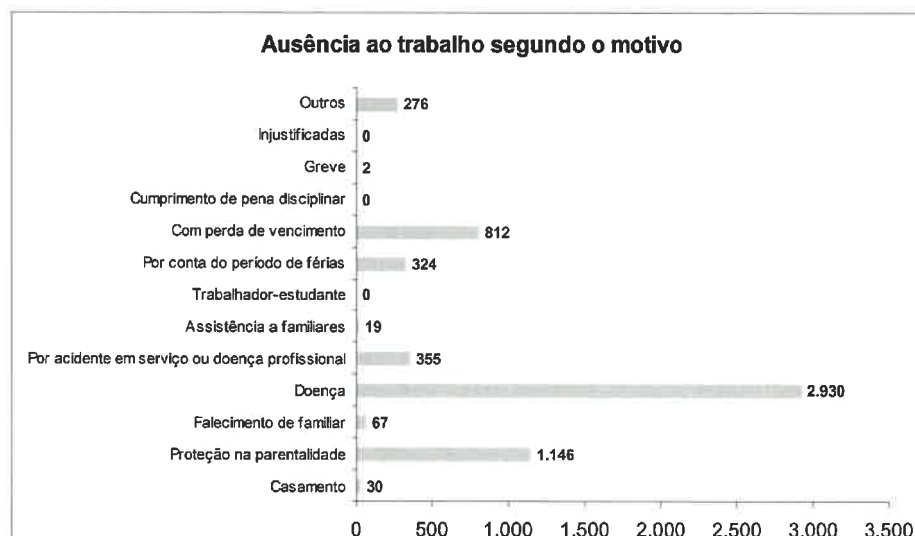
O Município tem efetuado um enorme esforço no sentido de promover ações de formação, que permitem aos seus trabalhadores uma melhoria efetiva do seu desempenho e da sua formação profissional e valorização pessoal. Verifica-se que 16% dos trabalhadores possui licenciatura, enquanto 24% possuem o 9º ano ou equivalente, sendo esta também a percentagem de trabalhadores com o 12º ano.

	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Outros	Total
Menos de 4 anos de escolaridade	0	0	0	2	0	2
4 anos de escolaridade	0	0	0	40	0	40
6 anos de escolaridade	0	0	2	40	0	42
9º ano ou equivalente	0	0	16	48	0	64
11º ano	0	0	8	7	0	15
12º ano ou equivalente	0	0	32	30	2	64
Bacharelato	0	2	0	0	0	2
Licenciatura	4	36	2	1	0	43
Mestrado	0	1	0	0	0	1
Doutoramento	0	0	0	0	0	0
Total	4	39	60	168	2	273

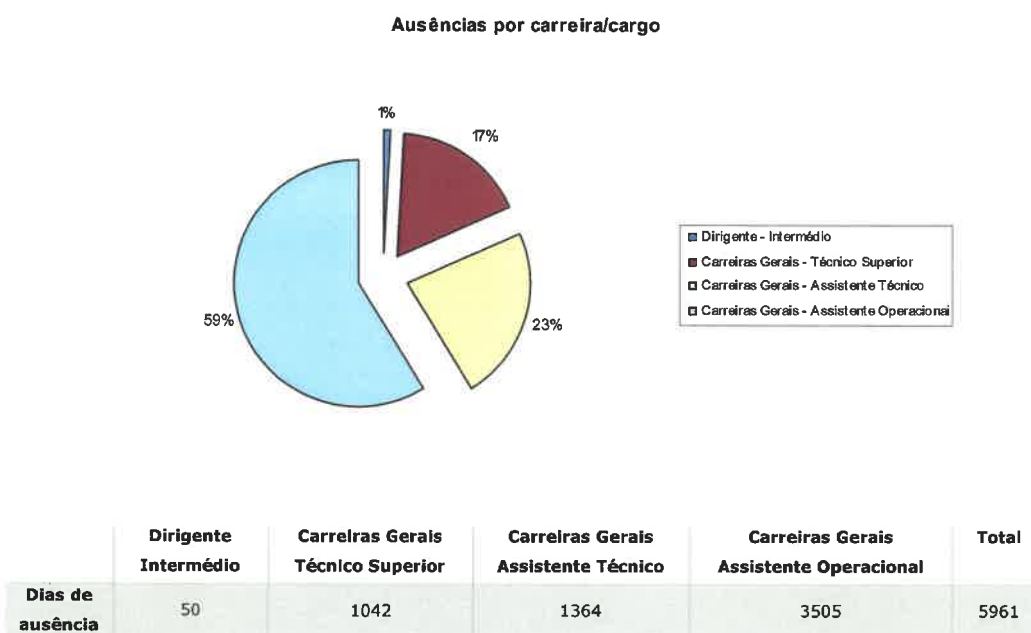
[Handwritten signature and initials]

Absentismo

Da análise do absentismo, é se assinalar a doença como o principal motivo de ausências ao trabalho, seguida da proteção na parentalidade:



A carreira com maior taxa de absentismo é a de assistente operacional, com 62%, que resulta essencialmente de doença.



Encargos com o pessoal

Os encargos com o pessoal ascenderam em 2016 aos 3.130.738,51 €, dos quais 87% destinaram-se ao pagamento de remunerações base.

No entanto, em comparação com o ano de 2015 (3.167.589,52 €), este exercício traduz uma diminuição de 36.851,01€.

	2014	2015	2016
	Valor em €	Valor em €	Valor em €
Remunerações Base	2 837 550,76	2 755 655,34	2 722 277,34
Suplementos Remuneratórios	94 037,89	103 804,19	116 603,02
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	11 571,71	12 950,74	17 692,37
Trabalho normal noturno	0	0	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (não incluído em trabalho extraordinário)	47 377,08	56 430,90	59 767,1
Disponibilidade permanente	0	0	
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	0	0	
Risco, penosidade e insalubridade	0	0	
Fixação na periferia	0	0	
Trabalho por turnos	9 908,41	8 960,8	11 605,36
Abono para falhas	8 127,66	8 367,51	10 402,31
Participação em reuniões	0	0	
Ajudas de custo	7 323,75	8 295,52	7 990,84
Representação	9 729,28	8 798,72	9 145,04
Secretariado	0	0	
Outros suplementos remuneratórios	0	0	
Prémios de Desempenho	0	0	
Prestações Sociais	308 144,33	303 883,78	291 553,55
Abono de Família	18 393,85	17 463,66	15 056,57
Subsídios no âmbito da proteção da parentabilidade	0	0	
Subsídio de educação especial	0	0	
Subsídio mensal vitalício	0	0	
Subsídio de refeição	243 863,59	243 074,02	234 376,03
Subsídio de funeral	0	0	
Subsídio por morte	1 257,66	0	2 515,32
Benefícios Sociais	40 382,67	38 963,84	35 886,13
Outras prestações sociais	4 246,56	4 382,26	3 719,5
Outros encargos com pessoal	20 057,71	4 246,21	304,81
Total	3 259 790,69	3 167 589,52	3 130 738,51

7 EXECUÇÃO FINANCEIRA DA RECEITA

A execução financeira foi de 13 871 674,67€, representando, em termos percentuais, 85,2% das previsões definidas em Orçamento.

Do valor global da receita cobrada líquida, 84,25% corresponde a receita corrente e 15,50% a receita de capital.

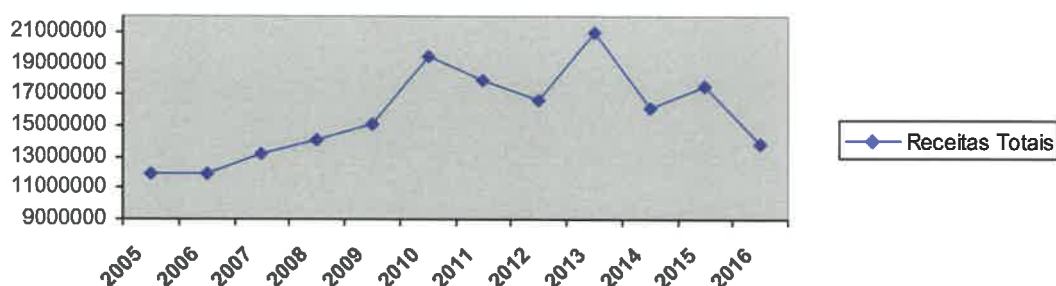
Receita		
Corrente	Capital	Outras
11 668 201,47	2 150 268,55	53 204,65
Valores de receita obtidos		

Efetuada uma análise comparativa entre a receita estimada corrigida e a receita cobrada líquida, verificamos que, de uma previsão corrigida de 16 292 336,78 €, foram arrecadados 13 871 674,67 €, o que representa cerca de 85,1%.

\$
Jm
Rf

2005	2009	2010	2011	2012	2014	2015	2016
11 963 681	15 145 548	19 405 988	17 859 606	16 672 650	16 132 479	17 540 157	13 871 674

Evolução da Receita desde 2005



A evolução das receitas arrecadadas em 2016 apresentam um decréscimo face ao executado no ano anterior, originado pelo atraso na execução do novo quadro comunitário "Portugal 2020", fazendo uma resenha histórica de facto os fundos comunitários têm sido a grande fonte de receitas de capital dos municípios em nível dos investimentos.

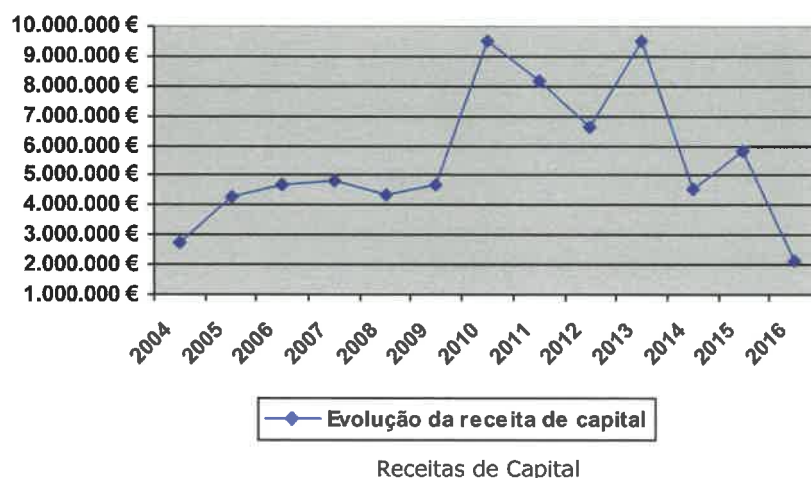
Handwritten signature and initials.

Receita de capital

De uma previsão orçamental corrigida de 4 803 782,81 €, verificou-se uma execução financeira de 2 150 268,55€, correspondente a 44,8 % da receita prevista.

Descrição	Receita Prevista	Receita Cobrada	Percent. Exec.
RECEITAS DE CAPITAL	4 803 782,81	2 150 268,55	44,8
9. Venda Bens de Investimento	1 433 801,88	255 325,00	17,8
10. Transferências de Capital	4 203 782,81	1 550 268,55	36,9
12. Passivos financeiros	600 000,00	600 000,00	100,0
15. Outras Receitas	53 204,65	53 204,65	100,0

\$
for
R.



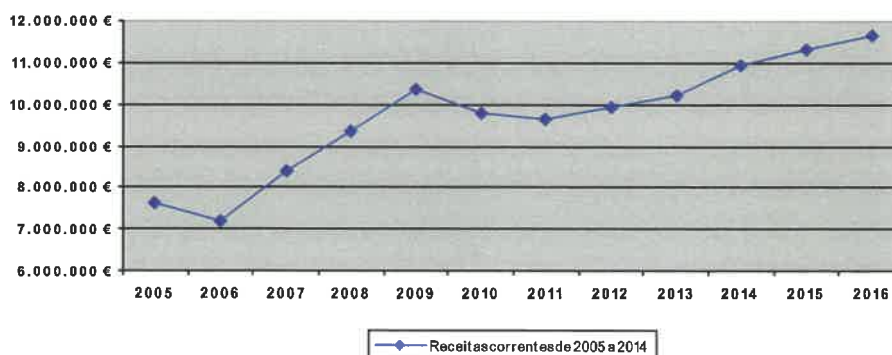
Tal como foi referido anteriormente as receitas de capital apresentam um decréscimo bastante significativo, fruto do encerramento do quadro comunitário - QREN (2007/2013) e um significativo atraso na execução física do novo quadro, "Portugal 2020".

Receita Corrente

Ao nível da execução orçamental corrente verificamos que, de uma previsão corrigida de 11 431 842,85 €, foram arrecadados 11 668 201,47 € correspondente a cerca 102% da receita inicialmente prevista.

2005	2009	2010	2012	2013	2014	2015	2016
7.640.459	10.385.315	9 774 005	9 957 712	10 204 338	10 956 173	11 341 116	11 668 201

Evolução das receitas correntes de 2005 a 2015



↑
OK
para
Q

\$
gm
R.

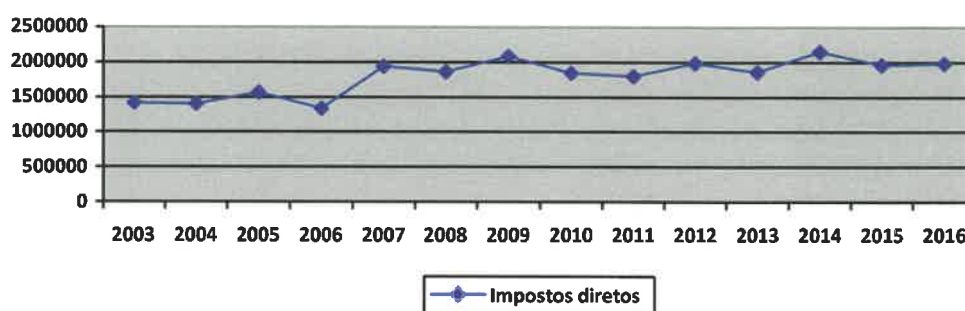
As receitas correntes apresentam um crescimento sustentado mantendo a tendência dos últimos anos.

Nos quadros seguintes podemos verificar, de forma detalhada, a execução financeira de cada uma das sub-rubricas:

Descrição	Previsto	Executado	Grau exec.
.01 Impostos diretos	1 969 536	1 986 097	100,8

2005	2008	2009	2010	2012	2013	2014	2015	2016
1.569.010	1.865.095	2.087.583	1.846.892	1.991.458	1.860.554	2.153.795	1.963.703	1.986.097

Evolução dos Impostos diretos de 2005 a 2016

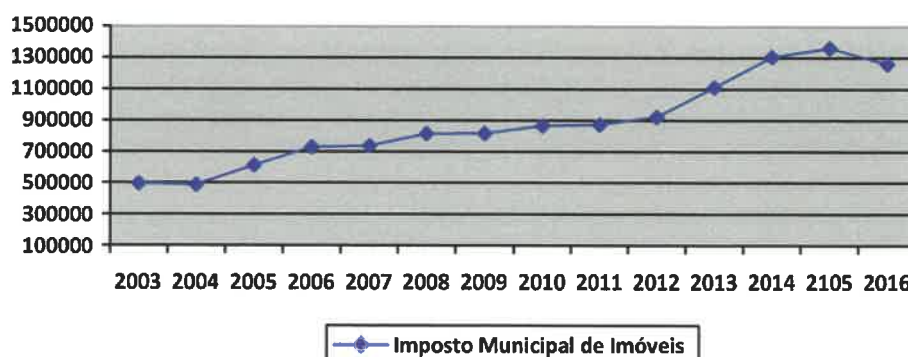


Os impostos diretos apresentam um ligeiro crescimento 0,7% comparativamente ao estimado inicialmente.

Descrição	Previsto	Executado	Grau exec.
01.02.02 IMI-Imposto Municipal s/ imóveis	1 259 578	1 261 797	100,2

2005	2009	2010	2012	2013	2014	2015	2016
612.419	819.067	866.589	923.115	1.112.588	1 307 361	1 362 889	1 261 797

Evolução das receitas do IMI de 2005 a 2016



↑
R.
R.

Em relação ao imposto municipal sobre imóveis, a receita do ano está em linha com o valor previsto inicialmente, registrando, contudo, uma redução

significativa quando comparada com o ano anterior no montante de 101 092,00€.

Este valor, tem uma relação direta com a decisão de reduzir o imposto em função do agregado familiar, pelo que durante o ano de 2016 existiu um desagravo efetivo da carga fiscal municipal.

	Descrição	Previsto	Executado	Grau exec.
01.02.03	Imposto Único de Circulação	298 122	295 589	96,5

2005	2009	2010	2012	2013	2014	2015	2016
153 443	173 465	194 292	250 810	334 504	303 294	287 304	287 773

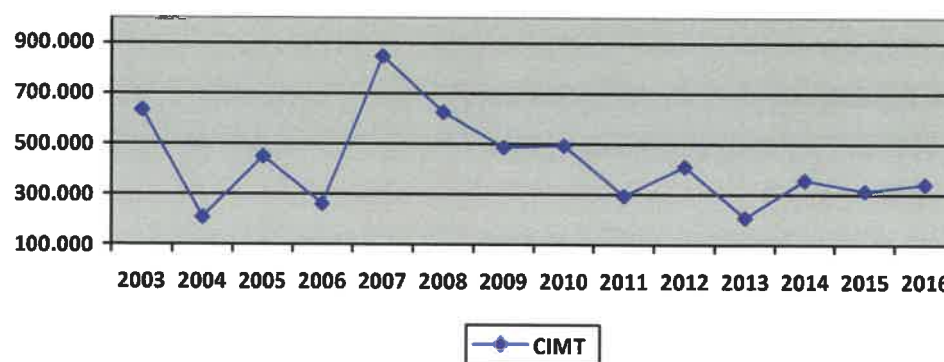
Evolução das receitas IUC de 2005 a 2016

Quanto à receita derivada do Imposto Único de Circulação, mantém valores semelhantes ao ano anterior.

	Descrição	Previsto	Executado	Grau exec.
01.02.04	CIMT	315 536	360 849	107,8%

2005	2009	2010	2012	2013	2014	2015	2016
449 095	485 125	493 223	409 428	207 356	356 107	313 509	340 228

Evolução das receitas CIMT de 2005 a 2015

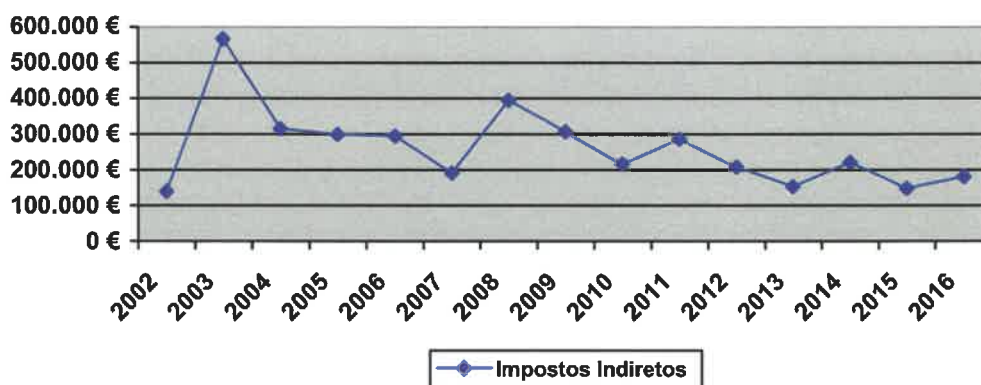


Como se pode verificar, o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis apresentou um ligeiro acréscimo face ao ano anterior, mantendo valores que indiciam a retoma da atividade económica.

Descrição	Previsto	Executado	Grau exec.
.02 Impostos Indiretos	170 123,33	181 225,91	106,5

2004	2005	2008	2009	2012	2013	2014	2015	2016
315 722	300 349	396 202	308 371	209 270	153 763	222 004	148 370	181 225

Evolução das receitas provenientes dos impostos indiretos entre 2004 e 2016



A evolução da receita referente aos impostos indiretos apresenta valores ligeiramente superiores aos previstos, contudo mantém uma quebra de cerca de 50% dos valores arrecadados até ao ano de 2009.

É na receita referente ao licenciamento de loteamentos e obras onde se verifica a quebra mais significativa, estimamos que a retoma da economia, associado à dinâmica do quadro comunitário na iniciativa privado constituam elementos ancora nesta recuperação.

Descrição	Previsto	Executado	Grau exec.
.04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	349 688,10	312 362,69	89,3
.05 Rendimentos de Propriedades	606 565,05	604 829,59	99,7
.06 Transferências Correntes	6 709 189,06	6 691 990,18	99,7
.07 Venda de Bens e Serviços Correntes	1 094 470,63	1 124 763,23	102,8
.08 Outras Receitas Correntes	532 270,40	766 932,24	144,1

Execução orçamental das rubricas.04.05.06.07.08

Ao nível das receitas correntes, o executivo não efetuou qualquer atualização ou ajustamento de rendas, taxas, tarifas ou preços.

Tal como tem assumido, é na área do ambiente que tem sido efetuado um apoio efetivo, permanente e transversal a todos os municípios.

\$
qm
P.

ORÇAMENTO DA DESPESA

A previsão orçamental corrigida para o ano 2016 ao nível da despesa foi de 16 288 830,31 €, dos quais foram assumidos como compromissos 16 275 572,78€.

A despesa paga durante o ano em análise cifrou-se em 13 859 395,45, valor que originou uma execução global de 85,09%.

Despesa de Capital

A previsão inicial corrigida da despesa de capital foi de 4 856 987,46 € dos quais foram assumidos ao nível dos compromissos 4 849 837,78 €.

Ao nível da despesa comprometida e paga, foram executados 3 994 470,00 €, o que corresponde a 82,24% da despesa prevista.

Descrição	Dotações Corrigidas	Compromissos assumidos	Despesa Paga	Exec.
.07 Aquisição de Bens de Capital	2 473 443	2 471 423	1 626 055	65,74
.08 Transferências de capital	540 919	535 790	525 790	97,20
.09 Ativos Financeiros	78 572	78 572	78 572	100,00
.10 Passivos Financeiros	1 764 051	1 764 051	1 764 051	100,00

Execução orçamental das rubricas.07.08.10

Handwritten signature and initials.

Despesa Corrente

Ao nível da execução orçamental nas rubricas relacionadas com despesas correntes, verificamos que, de uma previsão inicial corrigida de 11 431 842,85 €, foram assumidos como compromissos 11 425 735,00 €, dos quais 9 864 925,45 € correspondem à despesa efetivamente paga, valores que representam uma execução de 86,29% face ao previsto.

Esta rubrica reflete todos os custos de funcionamento municipal, que vão desde os recursos humanos, aos custos de funcionamento de toda a estrutura, passando por toda a atividade realizada e apoiada, desde o apoio social, desportivo, cultural e recreativo por parte do Município.

Durante o ano 2016, foram mantidos todos os valores relacionados com taxas, preços e tarifas, como principal forma de apoio a todos os munícipes, as tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos.

O Município, em 2016, não só manteve todos os valores das taxas, preços e tarifas que tinha, como nem sequer procedeu à sua atualização, tal como está previsto na lei, como forma de manter um apoio permanente a todas as famílias residentes no Concelho.

Para que se possam analisar dados objetivos sobre o défice apresentado no setor da água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos (lixo) centremo-nos no mapa seguinte:

Descrição do serviço	Receita	Despesa	Saldo
Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos	179 092,30	717 953,69	- 538 861,39
Tratamento de efluentes (saneamento)	225 912,26	523 632,35	- 297 720,09
Abastecimento de água (ATMAD)	455 036,88	930 658,56	- 475 622,68*
Total	860 041,44	2 172 244,60	-1 312 204,16

*O valor apresentado na despesa com abastecimento de água, apenas se refere à compra de água que é efetuada às Águas do Norte. Pelo que todos os custos inerentes à distribuição em baixa, manutenção e reparações da rede são custos municipais que não estão refletidos neste défice apresentado.

Do exposto, verificamos que o défice total nestas três áreas de prestação de serviços apresenta um défice anual superior a 1 310 000 euros, ao temos de acrescentar todos os custos da estrutura municipal de gestão da rede em baixa que estimamos ser superior a 750 000 euros, pelo o défice anual de gestão e exploração destas três áreas é na ordem dos dois (2) milhões de euros.

Rácios de Execução Orçamental

De seguida, apresentam-se, alguns indicadores/rácios que traduzem a evolução das competências e atividades do Município, nos últimos cinco anos, no que respeita ao interesse público, tendo em vista a satisfação das necessidades coletivas das populações, relacionadas com as funções gerais, sociais, económicas e outras atribuídas ao Município.

Rácios de Estrutura	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Impostos Diretos / Receita Corrente	20,10%	18,90%	18,73%	20,00%	18,65%	20,25%	17,87%	17,48%
Venda de Bens e Serviços Correntes / Receita Corrente	9,70%	10,24%	10,21%	11,53%	10,41%	9,98%	8,97%	9,59%
Transferências Correntes / Receita Corrente	53,64%	56,40%	55,59%	51,89%	59,52%	56,95%	59,57%	57,03%
Transf. de Capital / Receita de Capital	78,09%	72,76%	81,69%	99,28%	47,48%	91,08%	86,55%	72,10%
Passivos Financeiros / Despesa de Capital	16,02%	4,66%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,96%	15,02%
Receita Corrente / Receita Total	68,95%	50,51%	53,96%	59,72%	48,77%	68,08%	64,81%	84,19%
Receita de Capital / Receita Total	30,99%	49,34%	45,87%	39,94%	45,19%	28,06%	33,13%	15,43%

Rádios de Gestão	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesa com Pessoal / Despesa Corrente	49,51%	50,87%	49,59%	47,03%	41,83%	45,04%	50,24%	44,76%
Despesa com Pessoal / Despesa Total	29,31%	23,40%	26,12%	27,83%	23,10%	27,75%	24,80%	31,86%
Despesa com Pessoal / Receita Corrente	42,58%	46,44%	48,68%	43,49%	45,97%	39,91%	38,16%	37,63%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Corrente	38,15%	35,32%	32,56%	29,76%	37,52%	41,08%	36,21%	41,29%
Despesa Corrente / Receita Corrente	86,00%	91,30%	98,17%	92,47%	109,90%	88,61%	75,96%	84,07%
Despesa de Capital / Receita de Capital	131,90%	109,74 %	103,77%	95,45%	96,14%	134,04%	152,39%	185,77%
Despesa de Total / Receita de Total	100,17%	100,26 %	100,57%	93,35%	97,04%	97,93%	99,72%	99,44%

Rádios de Investimento	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Investimento (PPI) / Despesa de Capital	85,60%	91,07%	87,71%	81,76%	86,29%	76,79%	76,71%	40,71%
Investimento (PPI) / Despesa Total	34,93%	49,18%	41,51%	33,39%	38,63%	29,49%	38,84%	11,73%
Transf. projetos co-financiados / Receita Total	0,80%	23,88%	24,70%	27,60%	14,93%	22,42%	25,68%	7,26%
Transf. projetos co-financiados / Investimento (PPI)	2,29%	48,42%	59,16%	88,56%	39,82%	77,63%	66,30%	62,26%
Investimentos/População Residente*	279,84 €	506,62 €	435,18 €	303,32 €	460,22 €	273,35 €	398,27 €	100,22 €

*Censos 2011

ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A 1 de Janeiro de 2014 entrou em vigor a nova lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais (lei nº 73/2013 de 3 de setembro)

Com a referida lei alterou-se por completo a fórmula de cálculo do endividamento municipal, assim e de acordo com o artigo 52º, denominado limite da dívida total, verificamos:

“1 – A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º, não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.”

- Receita corrente líquida 2013 – 10 204 338
- Receita corrente líquida 2014 – 10 956 174
- Receita corrente líquida 2015 – 11 341 116

Valor total – 32 501 628

Média da receita corrente líquida – 10 833 876

Limite dívida total 2016 (1,5 média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) – **16 250 814,09**

Da análise à nova lei, verificamos que deixaram de existir empréstimos excecionados previstos na anterior lei, pelo que o endividamento engloba todos os montantes no âmbito do município, como das associações e fundações onde existam participações.

Evolução do serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo

O serviço de dívida de médio e longo prazo contempla todos os empréstimos contratados pelo Município e aos quais estão associados empréstimos com prazos superiores a cinco anos.

Empréstimos	2005	2009	2012	2013	2014	2015	2016
Não Excecionados	1 346 994	3 801 443	4 922 174	9 337 637	8 547 280	7 752 780	6 955 386
Excecionados	4 562 722	3 289 920	4 618 865	4 257 857	3 891 702	3 517 921	3 151 263
Total	5 951 052	7 091 364	9 541 039	13 595 494	12 438 983	11 270 701	10 106 649

Evolução do serviço da dívida de médio e longo prazo – 2005 a 2016

O valor de endividamento de médio/longo prazo é de 10 106 649 €, verificando-se uma redução de 1 164 052€, comparativamente ao ano anterior. Dos valores em dívida, cerca de 31% correspondem a empréstimos anteriormente excecionados dos limites de endividamento.

Serviço da Dívida a Curto Prazo

O valor da dívida a curto prazo reflete todos os encargos assumidos e não pagos efetuados até final do ano de 2016 e encontram-se registados em outras dívidas a terceiros.

A relação de encargos assumidos e não pagos a 31-12-2016 são de 3 387 977,78 €.

Descrição	2005	2009	2012	2013	2014	2015	2016
Outras Dividas a terceiros	5 225 163	6 791 314	8 217 333	3 674 773	4 472 755	5 379 234	3 387 977
Valores de reembolso	83 689	3 190 704	2 174 408	1 635 105	1 295 169	2 044 238	959 595
Saldo	5 141 474	3 600 610	6 042 925	2 039 668	3 177 586	3 334 996	2 428 382

Encargos assumidos/reembolso de encargos

No montante da dívida global, encontram-se em dívida cerca 1 339 894 € referentes a valores que não foram liquidados ao município, relacionados nomeadamente com programas comunitários, assim como dívidas de terceiros, nomeadamente protocolos, programas de cooperação e outras dívidas que assumiram contrapartidas com o Município.

Limite	Data de referência	Dívida Total (excluindo não Orçamentais e FAM)	Montante em Excesso
16 250 814	01-01-2016	17 586 101	1 335 287
	31-12-2016	17 411 393	1 160 579

Valores de endividamento referentes a 01-01-2016 e 31-12-2016

Tal como determinado, na nova lei de finanças locais, a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Assim, a dívida total do município é de 17 411 393€, apresentando um excesso no final do ano de 1 160 579€.

De acordo com a alínea a) do nº3 do artigo 52º, sempre que um município, "não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido..."

Contudo, e de acordo com o número 1, do artigo 84.º, "No caso em que um município cumpra os limites de endividamento na data de entrada em vigor da presente lei, mas que passe a registar uma dívida total superior aos limites previstos no artigo 52.º apenas por efeito da existência de dívidas excecionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da

presente lei, não deve o município ser sujeito a sanções previstas na presente lei.”

Apesar desta prerrogativa prevista na lei, o município encerra o ano com uma redução de 174 708 €, que corresponde a uma redução de 13,08% do montante em excesso.



g.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos aqui apresentados reproduzem, de forma precisa e o mais rigorosa possível, toda a atividade que ocorreu durante o ano 2016.

Ao longo do ano informámos de forma permanente todos os elementos que compõem os Órgãos Autárquicos de todos os factos que ocorreram e que, de uma forma ou de outra, alteraram a realidade municipal, assim como o registo de todas as opções tomadas pelo executivo no âmbito da gestão estratégica e financeira municipal.

Mantivemos o investimento num conjunto de infraestruturas que são necessárias do ponto de vista da qualidade, mas principalmente do ponto de vista da competitividade do Concelho e das freguesias.

As intempéries que assolaram a região e o concelho obrigou a um investimento bastante significativo em muros um pouco por todo o concelho, até ao momento ainda aguardamos o financiamento garantido pelo Sr. Ministro da Agricultura na sua visita a Santa Marta de Penaguião.

O ano 2016 ficou marcado pela conclusão da requalificação da escola EB 2/3 do Peso da Régua, um equipamento importante para conclusão da requalificação da rede escolar concelhia.

Mantivemos, sem qualquer aumento ou atualização, as taxas e tarifas municipais, nomeadamente no que respeita a água, saneamento e recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos (lixo), situação que se mantém desde 2005 e que representa, atualmente, um défice superior a 2 000 000 euros anuais.

Mantivemos, de forma muito ativa e dinâmica, a parceria com as nossas Juntas de Freguesia e seus representantes, parceiros estratégicos por excelência.

Um agradecimento aos Srs. Presidentes e respetivos executivos pela forma disponível e dedicada com que se envolvem no desenvolvimento das suas freguesias. Sem dúvida alguma, que a articulação entre Município e Juntas de Freguesia tem-se revelado fundamental no trabalho realizado, tanto nas competências delegadas, como nas parcerias para resolução de muitos problemas que surgem regularmente.

Uma agradecimento e reconhecimento aos nossos dirigentes associativos pelo magnífico trabalho desenvolvido nas suas associações não só pela

permanente disponibilidade que demonstram, mas também pelo trabalho que realizam na sua área de atuação.

Um agradecimento final, a todos os colaboradores do Município pelo trabalho, dedicação e empenho na realização das tarefas e serviços que estão na sua área de intervenção. O seu desempenho tem sido fundamental para a sustentabilidade de uma dinâmica que se quer permanente no trabalho conjunto em prol do nosso concelho e de todos os Reguenses.

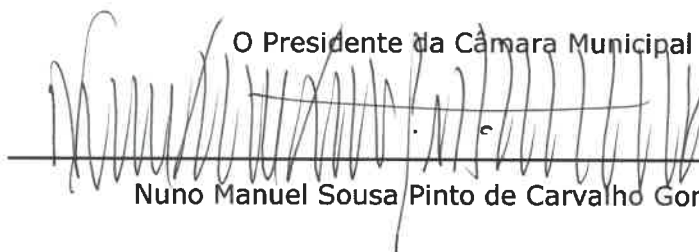
É nosso objetivo que este documento espelhe, de forma clara, as dificuldades e constrangimentos com que o município se depara, todo o esforço que tem sido realizado no sentido de aumentar níveis de serviços e apoio a todos os munícipes, assim como os sucessos também conseguidos.

Proposta de aplicação dos resultados

O Órgão executivo propõe à Assembleia Municipal que o resultado líquido do exercício seja aplicado em resultados transitados.

Peso da Régua, 10 de Abril de 2017

O Presidente da Câmara Municipal



Nuno Manuel Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves

